

17 07 13

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA
REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO.**

emitida por

DSL COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

em

02 DE JULHO DE 2013



A handwritten signature is written on the line below the date.

A large, stylized handwritten signature is written on the line below the date.

A handwritten signature is written on the line below the date.

A large, stylized handwritten signature is written on the line below the date.

ÍNDICE DE CLAUSULAS

1.	AUTORIZAÇÃO	1
1.1	Autorização para Emissão	1
2.	REQUISITOS	1
2.1	Requisitos da Emissão	1
2.2	Arquivamento e Publicação da Deliberação.....	2
2.3	Registro da Escritura	2
2.4	Registro da Emissão	2
2.5	Demais Registros.....	2
3.	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES	3
3.1	Valor Total da Emissão	3
3.2	Número da Emissão.....	3
3.3	Número de Séries	3
3.4	Quantidade de Debêntures.....	3
3.5	Agente Depositário	4
3.6	Valor Nominal Unitário.....	4
3.7	Destinação dos Recursos	4
3.8	Forma e Classe	4
3.9	Espécie e Garantia	4
3.10	Data da Emissão	4
3.11	Colocação	4
3.12	Direito de Preferência.....	5
3.13	Prazo de Colocação	5
3.14	Não Conversibilidade das Debêntures.....	5
3.15	Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.....	5
4.	CARACTERÍSTICAS DA SUBSCRIÇÃO, PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS DEBÊNTURES.....	5
4.1	Condições de Subscrição e Integralização	5
4.2	Rendimentos	Error! Bookmark not defined.
4.3	Prazo, Vencimento, Liquidação Antecipada e Amortização.....	9
4.4	Local de pagamento.....	11
4.5	Prorrogação dos prazos.....	11
4.6	Encargos moratórios	11
4.7	Publicidade	12
4.8	Comunicação	12
4.9	Comprovação da Titularidade e Cessão da Debênture.....	12



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.10	Aquisição das próprias Debêntures pela Emissora.....	12
4.11	Obrigações do Intermediário Líder da Oferta	12
5.	VENCIMENTO ANTECIPADO	13
5.1	Vencimento Antecipado	13
5.2	Multa Indenizatória	14
6.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	14
6.1	Obrigações da Emissora	14
6.2	Declarações da Emissora.....	17
7.	GARANTIAS.....	18
7.1	Bens Dados em Garantia	18
8.	REUNIÕES PRÉVIAS	18
8.1	Reuniões Prévias	18
8.2	Caráter Informativo	19
9.	APROVAÇÃO DO DEBENTURISTA.....	19
9.1	Alterações à Escritura.....	19
9.2	Necessidade de Autorização.....	19
9.3	Assembleia Geral Dos Debenturistas	19
10.	AGENTE FIDUCIÁRIO	20
10.1	Obrigações do Agente Fiduciário.....	20
10.2	Procuração da Emissora ao Agente Fiduciário.....	25
10.3	Do Mandato e Substituição do Agente Fiduciário	Error! Bookmark not defined.
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25
11.1	Renúncia	25
11.2	Irrevogabilidade e Irretratabilidade	25
11.3	Poderes dos Representantes.....	25
11.4	Título Executivo Extrajudicial	25
11.5	Lei Aplicável	26
11.6	Notificações.....	26
11.7	Arbitragem.....	28

*

*

*

[Handwritten signature]



[Large handwritten signature and initials]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, as Partes abaixo, de um lado,

- I. DSL COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 12.000, 3º andar, L 27a.3, L 28.3, 29.3 e 30.3, Shopping cidade Jardim, Bairro Morumbi, São Paulo, SP, CEP 05502-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 13.204.572/0001-34 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35.300.390.318, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (doravante denominada “Emissora”);

E, de outro lado, representando a comunhão dos adquirentes das debêntures objeto desta emissão,

- II. PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social (doravante denominada “Agente Fiduciário”), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”);

e, ainda,

- III. COINVALORES C.C.V.M LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 10º andar- Torre Sul, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.336.036/0001-40 neste ato representado na forma de seu contrato social (doravante denominada “Intermediário Líder da Oferta”),

RESOLVEM celebrar este instrumento particular de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de série única, com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (a “Escritura”), de acordo com as seguintes cláusulas, termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 Autorização para Emissão

A Escritura é firmada com base na autorização para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (as “Debêntures”), deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de junho de 2013 (a “AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

2. REQUISITOS

2.1 Requisitos da Emissão

Realiza-se a 1ª emissão das Debêntures (a “Emissão”) com observância dos requisitos abaixo.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'L' and several other initials.

2.2 Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da AGE que aprovou a Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, de São Paulo, nos termos do inciso I, do artigo 62 da Lei 6.404/76.

2.3 Registro da Escritura

A Escritura será inscrita na JUCESP, nos termos do inciso II, artigo 62 da Lei 6.404/76, e serão averbados seus respectivos aditamentos, se o caso, nos termos do §3º do artigo 62 da Lei 6.404/76.

A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos registrados na JUCESP em até 2 (dois) dias úteis contados da obtenção do registro na JUCESP.

2.4 Registro da Emissão

A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76, situação que é reconhecida e confirmada pelo Agente Fiduciário, nomeado nos termos do artigo 66 da Lei 6.404/76.

Além disso, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

2.5 Demais Registros

(a) As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do CETIP - Módulo de Distribuição de Ativos; e (ii) negociação secundária no CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Não obstante o descrito acima, conforme o disposto no artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, considerando que a Emissora esteja cumprindo as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, sempre sendo observada a necessidade de prévia anuência da Emissora.

(b) Registro, Averbação ou Anotação relacionada às Garantias:

(i) O Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças será levado a registro pela Emissora no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão.

(ii) O Instrumento de Cessão Fiduciária de Propriedade Industrial em Garantia será levado a registro pela Emissora no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, bem como protocolado no INPI o pedido de anotação da cessão, em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão.

A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados dos registros e do protocolo, mencionados nesta Cláusula, 1 (uma) via original dos referidos contratos (bem como de



qualquer aditamento ao referido instrumento, comprovando referido registro e protocolo, quando caso.

A Emissora outorga ao(s) titular(es) das Debêntures e Agente Fiduciário, neste ato, poderes bastantes para, caso a Emissora não atenda ao disposto no art. 62, *caput*, da Lei 6.404/76, atuarem perante qualquer órgão competente visando à formalização, registro e adoção de providências para a devida constituição e execução das garantias listadas nesta Escritura. Assim, ficam o(s) titular(es) das Debêntures e o Agente Fiduciário, este último no limite de suas atribuições, autorizados, em caráter irrevogável e irretratável, a tomarem quaisquer medidas cabíveis para o registro e/ou a execução das referidas garantias, nos termos do §2º, artigo 62 da Lei 6.404/76.

Sem prejuízo da responsabilidade da Emissora, o Agente Fiduciário deverá proceder aos registros aqui mencionados, se não protocolados pela Emissora nos prazos acima, ou se o registro da Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito não for efetivado dentro de 30 (trinta) dias, correndo todos os custos e despesas, inclusive de transporte e de emolumentos, dentre outros, por conta da Emissora.

A Emissora tem por objeto social: (a) comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios em geral; (b) aluguel de imóveis; (c) compra, venda, permuta e administração de imóveis; (d) aluguel de máquinas e equipamentos; (e) locação de mão de obra; (f) prestação de serviços, inclusive o de assessoramento e assistência técnica pertinente ao ramo; (g) franquias do sistema e o financiamento e/ou sub-licenciamento de marcas no território nacional e/ou no exterior; (h) participação em outras sociedades; (i) desenvolvimento de empreendimentos comerciais no ramo de comércio de vestuário em geral, incluindo a comercialização e industrialização, por si ou por terceiros, de produtos e prestação de serviços relacionados a: (I) roupas em geral; (II) tudo relacionado a artigos e acessórios em vestuário, como caçados, bolsas, cintos, relógios, óculos, bijuterias, joias, etc, incluindo criação e desenho; (III) artigos de viagens; (IV) todos os tipos de produtos destinados à higiene pessoal, perfumes e similares; (V) artigos para presentes em geral e de escrita, desenho e papelaria; (VI) tecidos e artigos para cama, mesa e banho; e (VII) móveis em geral e artigos para todo tipo de decorações; (j) importação e exportação de mercadorias relacionadas no item "i"; (k) prestação de serviços relacionados à confecção e ajustes de vestuários em geral, calçados, bolsas, cintos e bijuterias; e (l) prestação de serviços de divulgação e publicidade de marcas de titularidade de terceiros.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

3.1 Valor Total da Emissão

O valor da Emissão é de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de Reais) na Data de Emissão, conforme definida na cláusula 3.10, abaixo.

3.2 Número da Emissão

Está é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

A Emissão será efetuada em série única.

3.4 Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 1.000 (mil) Debêntures.



3.5 Agente Depositário

O Agente Depositário será o **Itaú Unibanco S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04, contratado conforme Contrato de Depósito Vinculado firmado com a Emissora e o Agente Fiduciário.

A função do Agente Depositário será o responsável por movimentar a Conta de Depósito Vinculado, conforme instruções do Agente Fiduciário, vinculada ao "Contrato de Cessão Fiduciária De Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário na data de assinatura da Escritura, previsto na cláusula 7.1.1.

3.6 Valor Nominal Unitário

Observado o disposto na Cláusula 4.1., as Debêntures terão, na Data de Emissão, valor nominal unitário de R\$ 16.000,00 (dezesesse mil Reais) (o "Valor Nominal").

3.7 Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos provenientes desta Emissão deverá ser utilizada como capital de giro e para custeio de abertura de novas lojas da Emissora, relacionadas única e exclusivamente ao seu objeto social.

3.8 Forma e Classe

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e não conversíveis em ações da Emissora.

3.9 Espécie e Garantia

As Debêntures serão de espécie com garantia real, conforme cláusula 7 abaixo.

3.10 Data da Emissão

A data de emissão das Debêntures será 02 de julho de 2013 (a "Data de Emissão").

3.11 Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com intermediação do Intermediário Líder da Oferta.

O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, sendo que o regime de colocação será o de melhores esforços. O Intermediário Líder da Oferta poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme artigo 3º de referida Instrução.

No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.



A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, cu com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM nº 476/09.

A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Intermediário Líder da Oferta; e (ii) informar ao Intermediário Líder da Oferta, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Intermediário Líder da Oferta, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Intermediário Líder da Oferta aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.12 Direito de Preferência

Não há direito de preferência aos acionistas da Emissora para subscrição das Debêntures.

3.13 Prazo de Colocação

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observados os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM nº 476/09.

3.14 Não Conversibilidade das Debêntures

As Debêntures serão simples e, portanto, não poderão ser convertidas em ações da Emissora.

3.15 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

Atuará como Banco Liquidante o Itaú Unibanco S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, CNPJ nº 60.701.190/0001-04 (E-mail: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br) e como Escriturador Mandatário a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, São Paulo, SP, CNPJ nº 61.194.353/0001-64 (E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br). O Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante poderão ser substituídos a qualquer tempo, a critério dos Debenturistas, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.

4. CARACTERÍSTICAS DA SUBSCRIÇÃO, PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.1 Condições de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas pelo titular das Debêntures, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela SDT, em uma única data.

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada até a data de subscrição.

4.2 Rendimentos

A partir da Data de Emissão, as Debêntures serão remuneradas pelos juros estabelecidos nesta Cláusula ("Juros" ou "Rendimentos"). Os Juros serão apurados sobre o valor nominal atualizado ou saldo do valor nominal atualizado pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), calculada e divulgada mensalmente pelo IBGE, à razão de um *spread* de 8% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Rendimentos deverão ser calculados conforme metodologia abaixo:

Metodologia de Cálculo da Debênture

Cálculo de Atualização do Valor Nominal

As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Valor Nominal Unitário Atualizado") calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, sendo produto da Atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa	=	valor nominal atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
VNe	=	valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal) da debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
C	=	fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n	=	corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo "n" um número inteiro ;
NI _k	=	corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-



NI_{k-1} = $\frac{\text{índice do IPCA do mês de atualização;}}{\text{valor do número-índice (IPCA) do mês anterior ao mês "k";}}$

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preços IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

- i. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- ii. Considera-se data de aniversário o dia 02 de cada mês-calendário;
- iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;
- iv. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme segue:

$$\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$$

- v. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ será considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

vi. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vii. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do cálculo da atualização monetária das Debêntures, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA conhecido até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA;

viii. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior;

ix. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature and several smaller initials.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo índice de correção substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a última taxa diária disponível conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia de Debenturistas titulares de Debêntures mencionada no item anterior, a referida Assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizado para o cálculo da Remuneração, permanecendo o último IPCA conhecido anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação do novo IPCA.

Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação, a Emissora deverá propor cronograma de resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures previstas nesta Escritura. A proposta de cronograma deverá conter a indicação da taxa de remuneração substituta, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época, que deverá ser definida em comum acordo pela Emissora e por Debenturistas, reunidos em nova Assembleia, representando (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em primeira convocação, ou (b) a maioria dos presentes à Assembleia Geral de Debenturistas realizada em segunda convocação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois)

Caso não haja acordo entre Emissora e Debenturistas acerca da taxa de remuneração substituta, nos termos do item anterior, a totalidade das Debêntures em Circulação deverá ser resgatada antecipadamente pela Emissora, com o consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item anterior, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da remuneração devida até a data de seu efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da última data de pagamento de remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para o cálculo da remuneração aplicável às debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último número-índice IPCA disponível.

Remuneração – Spread

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

A remuneração será calculada conforme segue:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$



onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
 VNa = valor nominal atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
 $FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

$taxa$ = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
 n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
 DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
 DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

- (a) No caso do pagamento do resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.3. (b), os Juros serão devidos somente até a data do pagamento da antecipação, não sendo devido qualquer valor, a qualquer título, em relação ao período que remanesceria, caso a antecipação não ocorresse.
- (b) Período de Capitalização – O primeiro Período de Capitalização está compreendido entre a Data de Emissão e a data prevista para o primeiro pagamento dos juros. Os demais Períodos de Capitalização iniciam na data de término do período de capitalização anterior e terminam na data prevista para o pagamento de juros correspondente a cada período;
- (c) Pagamento dos Juros – O pagamento dos Juros será realizado mensalmente, a partir de 02 de agosto de 2013.

4.3 Prazo, Vencimento, Resgate Antecipado Facultativo e Amortização

- (a) As Debêntures terão vencimento em 02 de julho de 2016 ("Data de Vencimento"), data em que ocorrerá o pagamento da última parcela da amortização, prevista nesta Cláusula 4.3.
- (b) A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das debêntures, em sua totalidade, endereçada a todos os debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das debêntures por eles detidas., A Emissora



realizará a oferta de resgate antecipado total por meio de publicação de anúncio com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data do resgate ("Prazo Antecipatório") a ser amplamente divulgado, o qual deverá descrever os termos e condições da oferta de resgate antecipado, incluindo: (i) a data do Resgate Antecipado, (ii) o valor do Resgate Antecipado, (iii) o procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

- (c) O resgate das Debêntures será feito pelo seu valor nominal unitário atualizado (i) acrescido dos juros calculados pro rata temporis até a data do resgate e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo. Os Debenturistas deverão se manifestar mediante notificação por escrito junto à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário com no mínimo 4 (quatro) Dias Úteis de antecedência em relação à data definida para o resgate antecipado total ou da amortização extraordinária das Debêntures.
- (d) O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo.
- (e) No caso das Debêntures que estejam custodiadas no CETIP21, o evento seguirá os procedimentos da CETIP, que deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis.
- (f) As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.
- (g) Em caso de Resgate Antecipado, não serão devidas quaisquer tarifas de antecipação de pagamento.
- (h) Na hipótese de ocorrência de Resgate Antecipado, a Emissora não será reembolsada, proporcional ou totalmente, por qualquer valor pago antecipadamente em decorrência da Emissão.

Amortização

A Emissora efetuará amortizações, respeitado o disposto na Decisão Conjunta CVM e BACEN nº 013; desta forma, o valor base para cálculo das parcelas de amortização será o saldo do valor nominal atualizado monetariamente a cada doze meses a razão dos percentuais, conforme tabela abaixo:

Data	% Amortização	Data	% Amortização
ago/13	0	fev/15	4,166%
set/13	0	mar/15	4,166%
out/13	0	abr/15	4,166%
nov/13	0	mai/15	4,166%
dez/13	0	jun/15	4,166%
jan/14	0	jul/15	4,166%
fev/14	0	ago/15	4,166%
mar/14	0	set/15	4,166%



[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

abr/14	0	out/15	4,166%
mai/14	0	nov/15	4,166%
jun/14	0	dez/15	4,166%
jul/14	0	jan/16	4,166%
ago/14	4,166%	fev/16	4,166%
set/14	4,166%	mar/16	4,166%
out/14	4,166%	abr/16	4,166%
nov/14	4,166%	mai/16	4,166%
dez/14	4,166%	jun/16	4,166%
Jan/15	4,166%	jul/16	4,166%

(i) As amortizações somente serão consideradas liquidadas quando os recursos transferidos tornarem-se disponíveis aos titulares das Debêntures.

(j) As amortizações independem de quaisquer notificações ou formalidades adicionais.

4.4 Local de pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados no respectivo vencimento (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede do Banco Liquidante.

4.5 Prorrogação dos prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo feriado nacional, sábado ou domingo, ou quando ocorrer algum problema operacional envolvendo os sistemas operados pelas câmaras prestadoras de serviços de compensação e de liquidação que integram o sistema de pagamentos. Ressalvados os casos onde os pagamentos sejam realizados através da CETIP, hipótese em que só serão prorrogados os pagamentos que coincidirem com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.6 Encargos moratórios

Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Sem prejuízo do disposto acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'F. Q.' and several other initials and marks.

4.7 Publicidade

Os atos e decisões da Emissora que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e, quando exigido pela legislação, no jornal "Diário do Comércio", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação no mesmo Dia Útil da sua realização.

4.8 Comunicação

As comunicações a serem enviadas à Emissora deverão ser encaminhadas para os endereços aqui indicados. As comunicações serão consideradas na forma da cláusula 11.6 abaixo. A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao titular das Debêntures qualquer alteração destas informações.

4.9 Comprovação da Titularidade e Cessão da Debênture

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

Será permitida a cessão das Debêntures e/ou dos direitos delas oriundos pelo seu titular mediante escrituração pela CETIP, e respeitadas as regras próprias da própria CETIP.

4.10 Aquisição Facultativa

A Emissora poderá adquirir as Debêntures, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no art. 55, §3 da Lei 6.404/76.

As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.11 Obrigações do Intermediário Líder da Oferta

O Intermediário Líder da Oferta deverá:

- (i) tomar todas as cautelas e agir com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pelo ofertante sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta;
- (ii) divulgar eventuais conflitos de interesse aos investidores;
- (iii) certificar-se de que os investidores têm conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos dos valores mobiliários ofertados;
- (iv) certificar-se de que o investimento é adequado ao nível de sofisticação e ao perfil de risco dos investidores;

(v) obter do subscritor ou adquirente do valor mobiliário a declaração prevista no art. 7º da Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Anexo II;

(vi) suspender a distribuição e comunicar a CVM, imediatamente, caso constata qualquer irregularidade;

(vii) informar a CVM o encerramento da oferta pública distribuída com esforços restritos, no prazo de 5 (cinco) dias após seu encerramento, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Anexo III; e

(viii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, todos os documentos relativos ao processo de oferta pública, inclusive os documentos que comprovem sua diligência nos termos do inciso i.

5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debentures em Circulação, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata die* e demais encargos devidos e não pagos até a data do Vencimento Antecipado e descontadas, em qualquer hipótese, as amortizações realizadas nos termos das Cláusulas 4.3, e (ii) da Multa Indenizatória, prevista na cláusula 5.2; somente na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, abaixo definidos, incluindo mas não se limitando àquelas previstas na cláusula 6 desta Escritura, não sanadas em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação que lhe for enviado pelo titular das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- (b) decretação de recuperação judicial ou extrajudicial ou de falência da Emissora (“Recuperação”);
- (c) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (d) rebaixamento da nota de *rating* para nível abaixo da classificação mínima A- ou, no caso de mudança de agência classificadora de risco no decorrer da vigência desta Escritura, de atribuição de nota pela nova agência inferior a A- (A menos) na escala “br”; ou
- (e) alteração do domicílio bancário de pagamento dos créditos cedidos fiduciariamente, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária De Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário nesta data.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula 9.3 abaixo.

Fica estabelecido que, uma vez aprovada pelos Debenturistas a declaração de vencimento antecipado nos termos acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis contados da data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, notificar a Emissora, exigindo que esta realize o pagamento integral dos valores em aberto, nos termos desta cláusula, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação de inadimplemento, salvo se maior prazo não for designado nesta Escritura.

Sem prejuízo do acima disposto, o Agente Fiduciário, após a declaração aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da presente cláusula, e somente após ela, poderá notificar o Agente Depositário, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças, para que o Agente Depositário retenha todos os recebíveis depositados na Conta Vinculada.

O efetivo cumprimento da obrigação, ou a correção/cura do inadimplemento deverá ser atestado, em assembleia convocada pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, por titulares de Debêntures representando, no mínimo, a 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, o que não eximirá a Emissora do pagamento dos encargos de inadimplemento incidentes até a data do cumprimento da obrigação ou correção do inadimplemento.

5.2 Multa Indenizatória

Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora ficará sujeita ao pagamento de multa indenizatória no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do saldo devedor na data do pagamento efetivo dos valores devidos ("Multa Indenizatória").

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Obrigações da Emissora

Até a integral liquidação das Debêntures e dos instrumentos de garantia, a Emissora obriga-se a:

- (a) cumprir, da forma e nos prazos previstos nesta Escritura, todas as obrigações pecuniárias ou não, assumidas pela Emissora nessa Escritura, em seus anexos, nos instrumentos de garantia e/ou em qualquer outro instrumento celebrado com o titular das Debêntures;
- (b) pagar as amortizações previstas nas Cláusulas 4.3 e quaisquer outros valores devidos ao titular das Debêntures nas respectivas datas de vencimento previstos nesta Escritura;
- (c) registrar, no prazo de 30 (trinta) dias contadas da data de assinatura desta Escritura, os Contratos de Garantias nela previstas e, protocolar junto ao INPI, o Instrumento de Cessão Fiduciária de Propriedade Industrial em Garantia" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário na data de assinatura da Escritura, dentro de 30 (trinta) dias;



- (d) manter as garantias oferecidas nesta Escritura em pleno vigor e eficácia até o pagamento integral das obrigações oriundas desta Escritura, bem como defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar as garantias oferecidas nesta Escritura;
- (e) não ter qualquer título de sua responsabilidade ou co-obrigação protestado ou sofrer execução ou arresto de bens, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) sem que a explicação a esse respeito solicitada pelo Agente Fiduciário ou pelo titular das Debêntures tenha sido apresentada pela Emissora, no prazo que lhe tiver sido designado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ou, sendo ou tendo sido apresentada a explicação, se a mesma não for considerada satisfatória pelo titular das Debêntures e/ou pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como não adotar quaisquer medidas operacionais ou práticas comerciais que não no estrito interesse da Emissora; que não sejam baseadas em princípios rigorosamente comutativos; ou que, de outra forma, venham a prejudicar a evolução normal de suas atividades;
- (h) não realizar qualquer operação que implique na mudança da Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda. como gestora do Fundo de Investimento em Participações VRC17 e/ou que o Fundo de Investimento em Participações VRC17 deixe de ser acionista da Emissora;
- (i) modificar seu objeto social, alterar substancialmente o ramo de negócios em que atualmente opera ou reduzir seu capital social sem prévia autorização escrita do(s) titular(es) das Debêntures;
- (j) manter sua atividade em regular funcionamento, tal qual a vem exercendo;
- (k) cumprir e fazer com que seus administradores cumpram os procedimentos estabelecidos nos instrumentos de garantia e nesta Escritura;
- (l) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações prestadas nesta Escritura e nos instrumentos de garantia mantendo o(s) titular(es) das Debêntures e o Agente Fiduciário informados de todo e qualquer ato ou fato que possa afetar a veracidade de quaisquer das referidas declarações;
- (m) fornecer ao Agente Fiduciário dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados relativos às Debêntures ou às suas garantias;
- (n) encaminhar cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais) em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes;
- (o) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, agindo em benefício do titular das Debêntures, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'R. B. L.' and several other initials and marks.

cumprimento desta Escritura, no todo ou em parte, ou de cumprir suas obrigações oriundas de quaisquer dos instrumentos de garantia;

- (p) informar ao Agente Fiduciário, agindo em benefício dos titulares das Debêntures, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do conhecimento de sua ocorrência, qualquer descumprimento de obrigações, suas ou de terceiros, oriundas de qualquer dos instrumentos de garantia e desta Escritura, sobretudo em relação às hipóteses de vencimento antecipado;
- (q) mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias dar acesso aos documentos razoavelmente solicitados por auditores ou prepostos do(s) titular(es) das Debêntures, do Agente Fiduciário e da agência de classificação de risco, providendo-lhes todas as informações por eles razoavelmente solicitadas, inclusive: (i) informações de natureza contábil, financeira, societária ou jurídica; (ii) informações referentes ao cumprimento dos instrumentos de garantia e (iii) informações referentes aos direitos creditórios que consubstanciam os instrumentos de garantia, se for o caso;
- (r) encaminhar ao Agente Fiduciário, agindo em benefício da comunhão de interesses do(s) titular(es) das Debêntures, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre do ano calendário, cópia de suas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo e declaração dos administradores da Emissora de que está em dia com as obrigações desta Escritura;
- (s) providenciar e encaminhar ao Agente Fiduciário, às custas da Emissora, a cada 12 (doze) meses contados desta data, relatório de avaliação de risco emitido pela agência de classificação de risco em relação a esta Escritura;
- (t) encaminhar ao Agente Fiduciário informação a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado mencionados nos instrumentos de garantia e nesta Escritura, imediatamente após o seu conhecimento;
- (u) encaminhar ao titular das Debêntures ou ao Agente Fiduciário, periodicamente, na medida em que sejam produzidos pela Emissora e sempre que solicitado, demonstrativo da conta lucros e perdas, cópia do seu balancete semestral e do balanço anual acompanhado das correspondentes demonstrações financeiras, notas explicativas e pareceres de auditores externos bem como demais informações contábeis, financeiras e sobre seus negócios que sejam razoavelmente solicitadas pelo titular das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário e qualquer informação e documentos que sejam necessários à renovação do *rating* da operação (se houver), em até 5 (cinco) dias da data de solicitação. A Emissora obriga-se, ainda, a manter seus dados cadastrais devidamente atualizados junto ao Agente Depositário, ao titular das Debêntures e ao Agente Fiduciário;
- (v) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'F. Cunha' and several other initials and marks.

de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, devendo ser imediatamente enviado, também, às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas a negociação;

d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, devendo ser imediatamente enviado, também, às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas a negociação; e

g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

- (w) tomar as providências necessárias para efetivar, em até 30 (trinta) dias da presente data, a troca do banco no qual o domicílio bancário cadastrado junto à Credenciadora CIELO, a qual opera as bandeiras VISA, MASTERCARD, DINERS e AMERICAN EXPRESS ("Credenciadora"), indicando a Conta Vinculada da Emissora junto ao Agente Depositário, para recebimento dos créditos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças, bem como notificar, no prazo de até 5 (cinco) dias da presente data, a Credenciadora, conforme notificação prevista no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças, acerca de tal troca de domicílio bancário.

Ademais, a Emissora se compromete a não alterar a Credenciadora e/ou seu domicílio bancário sem a expressa e prévia anuência do Agente Fiduciário e, caso o faça, esta será considerada uma hipótese de vencimento antecipado.

Caso, entretanto, a Credenciadora deixe de atuar como tal, a Emissora se compromete a buscar nova Credenciadora e a enviar notificação prevista no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças.

6.2 Declarações da Emissora

A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) está devidamente constituída e em regular funcionamento, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente capacitada e autorizada a, na forma de seu estatuto social, celebrar esta Escritura e os instrumentos de Garantia;
- (c) as pessoas abaixo assinadas possuem poderes suficientes para representar e obrigar a Emissora nos termos desta Escritura e dos instrumentos de garantia;
- (d) não foram assinados Acordos de Acionistas que contenham quaisquer cláusulas restritivas ou impeditivas do pactuado nesta Escritura e nos instrumentos de garantia;
- (e) sua situação econômica, financeira e patrimonial está adequadamente refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação aplicável (inclusive societária)



apresentadas ao Agente Fiduciário, e até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura e dos instrumentos de garantia;

- (f) a celebração dos instrumentos de garantia e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de: (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura dos instrumentos de garantia, dos quais a Emissora seja parte ou aos quais estejam vinculados, (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Emissora esteja sujeita e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Emissora.

7. GARANTIAS

7.1 Bens Dados em Garantia

Em garantia do pagamento das Debêntures e demais obrigações desta Emissão, a Emissora constitui garantias reais constituídas pela:

7.1.1. Em garantia ao integral e pontual cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, será constituída, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Emissora ("Garantia"). Os direitos creditórios são provenientes de ordens de pagamentos performadas com cartões de crédito das bandeiras VISA, MASTERCARD, DINERS e AMERICAN EXPRESS, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária De Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário na data de assinatura da Escritura.

7.1.2. cessão fiduciária de direitos de propriedade intelectual, nos termos do "Instrumento de Cessão Fiduciária de Propriedade Industrial em Garantia" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário na data de assinatura da Escritura. (os Contratos mencionados nas Cláusula 7.1.1 e 7.1.2 são denominados em conjunto "Contratos de Garantia")

As garantias constituídas nos termos dos Contratos de Garantia e desta Escritura garantirão o pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora, decorrentes ou de qualquer forma relacionadas às Debêntures, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia ("Garantias").

Para fins desta Cláusula e para eficácia do Contrato de Cessão Fiduciária De Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças previsto na cláusula 7.1.1, a Emissora se compromete a fornecer ao Agente Fiduciário as senhas e acessos necessários às telas de controle dos Recebíveis Cartão junto à Credenciadora mencionada na letra (w) da cláusula 6.1.

8. REUNIÕES PRÉVIAS

8.1 Reuniões Prévias

Os titulares das Debêntures e os acionistas da Emissora concordam que, a partir desta data e durante toda a vigência da presente Escritura, se reunirão previamente à realização de qualquer Assembléia Geral de Acionistas da Emissora ou qualquer reunião do Conselho de Administração da Emissora, se



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

existente (tais assembleias ou reuniões, as "Reuniões Societárias"), que tenham o propósito de deliberar sobre as seguintes matérias (as "Reuniões Prévias"): :

- (a) alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, de quaisquer ativos da Emissora, de valor igual ou superior, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) individualmente, ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no agregado;
- (b) qualquer redução do capital social da Emissora;
- (c) a contração de obrigações pela Emissora em valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) individualmente, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no agregado;
- (d) a prestação de avais, fianças e garantias de qualquer natureza pela em valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) individualmente, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no agregado;
- (e) a contração de novas dívidas da Emissora em valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) individualmente, ou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no agregado e/ou renegociação de dívidas com grupo de credores;
- (f) o ingresso com pedido de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial.

8.2 Caráter Informativo

As Reuniões Prévias terão caráter informativo e realizar-se-ão com antecedência mínima de 7 (sete) dias da realização da Reunião Societária. As Reuniões Prévias poderão ser realizadas por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica.

9. APROVAÇÃO DO DEBENTURISTA

9.1 Alterações à Escritura

Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures, sendo necessária, para tanto, a celebração do aditamento à presente Escritura.

9.2 Necessidade de Autorização

A Emissora obriga-se a não praticar, salvo se previamente autorizada pelos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário, atos vedados nos termos da Cláusula 6.1.

9.3 Assembleia Geral Dos Debenturistas

Os titulares das Debêntures reunir-se-ão, a qualquer tempo, em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

(a) Convocação

A assembleia pode ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação. Quaisquer propostas de modificação nas condições das Debêntures serão feitas exclusivamente pela Companhia.

(b) Instalação e Deliberação

A assembleia geral instalar-se-á, nos prazos previstos na Lei 6.404/76, com o *quorum* previsto no artigo 71, § 3º, da Lei 6.404/76, e deliberará pelo voto de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures então em circulação.

Nas deliberações da assembleia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º, do artigo 126, da Lei 6.404/76.

Exceto pelas disposições em contrário contidas nesta Escritura, quaisquer modificações nas condições das Debêntures objeto da presente emissão dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) Debênture das Debêntures então em circulação.

Para efeito de constituição do *quorum* a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de Debêntures em circulação as eventualmente pertencentes à Emissora.

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

Até a integral liquidação das Debêntures, os titulares das Debêntures e o Agente Fiduciário, este último em benefício dos titulares das Debêntures, poderão exercer, cumulativamente, todas as faculdades previstas nesta Escritura e nos instrumentos de garantia e em lei, principalmente aquelas estabelecidas no artigo 19 da Lei 9.514/1997. O Agente Fiduciário declara que não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o art. 66, §3º da Lei 6.404/76 e o art. 10 da Instrução CVM 28/83.

10.1 Obrigações do Agente Fiduciário

10.1.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura, todos os seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (f) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (g) é uma sociedade equiparada a instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;



- (i) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (j) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (k) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- (l) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão pública ou privada da Emissora, ou sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo da Emissora.
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas desta Emissão.

10.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

10.1.3. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- (a) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- (d) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- (e) a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- (f) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- (g) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso (d) acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso (d) acima não delibere sobre a matéria;

- (h) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas; e
- (i) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

10.1.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:

10.1.5. Parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas.

10.1.6. As parcelas de remuneração descritas acima serão faturadas pelo Agente Fiduciário acrescidas dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como majorações das alíquotas ora existentes, de forma que a Planner receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

10.1.7. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

10.1.8. Caso a Companhia não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição e integralização, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Companhia e/ou com os titulares das Debêntures; (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Companhia; e (d) para a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Companhia ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

10.1.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido.

10.1.10. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Companhia, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

10.1.11. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e/ou fiscalização entre outros.

10.1.12. Para fins da Cláusula 10.1.8 acima, entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) da garantia (ii) dos prazos de pagamento; e (ii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

10.1.13. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou intentadas contra o mesmo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

10.1.14. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (f) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o façam, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- (k) convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Companhia, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação;
- (l) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (ii) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;



Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and several other marks, located at the bottom right of the page.

- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (iv) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (vi) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
- (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (ix) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (m) acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede dos Coordenadores;
- (o) publicar, às expensas da Companhia, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (m) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP.

10.1.15. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 5ª alínea (a) conforme



aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as garantias, se houver, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas ou requerer a falência da Companhia, se ainda não existirem garantias reais;
- (c) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

10.1.16. Observado o disposto nas alíneas b, c e d da Cláusula 10.1.15 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação.

10.2 Procuração da Emissora ao Agente Fiduciário

A Emissora, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, como condição da presente Escritura, até a integral liquidação das Debêntures, outorga ao Agente Fiduciário os poderes necessários para praticar todos os atos previstos nesta Escritura e nos Instrumentos de Garantia. Os mandatos outorgados neste item serão objeto de instrumento autônomo, na forma do documento constante do Anexo I a esta Escritura.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 Irrevogabilidade e Irretratabilidade

A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora e seus eventuais sucessores a qualquer título.

11.3 Poderes dos Representantes

Declaram as Partes que os respectivos subscritores têm poderes legais para firmar esta Escritura, na forma em que se apresenta e que, ao assinar a presente Escritura, compreenderam o inteiro teor, após terem lido e discutido, sob todos os aspectos e consequências, as suas condições.

11.4 Título Executivo Extrajudicial

A Emissora reconhece que esta Escritura é título executivo extrajudicial e representa dívida certa, líquida e exigível.



11.5 Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Notificações.

Todos os avisos e outras comunicações de uma Parte à(s) outra(s) em relação a esta Escritura devem ser elaboradas no idioma português e entregues, por escrito, à(s) destinatária(s), por uma das seguintes modalidades:

- (i) pessoalmente, mediante protocolo de recebimento, os quais serão considerados entregues na data assim indicada no protocolo de recebimento ou no Dia Útil seguinte, caso a data indicada no protocolo de recebimento não seja um Dia Útil;
- (ii) por correio, com aviso de recebimento (A.R.), os quais serão considerados entregues na data assim indicada no respectivo aviso de recebimento ou no Dia Útil seguinte, caso a data indicada no aviso de recebimento não seja um Dia Útil;
- (iii) por empresa reconhecida de entrega expressa de correspondências, com postagem pré-paga, os quais serão considerados entregues na data assim indicada em seu comprovante de recebimento pelo(s) destinatário(s) ou no Dia Útil seguinte, caso a data indicada no comprovante de recebimento não seja um Dia Útil;
- (iv) por fax, os quais serão considerados entregues na data assim indicada no comprovante de recebimento da mensagem emitida pelo aparelho do(s) destinatário(s) ou no Dia Útil seguinte, caso a data indicada no comprovante de recebimento não seja um Dia Útil; ou
- (v) por e-mail - através de arquivo em formato pdf ou similar que contenha as devidas assinaturas do emitente do aviso ou comunicação -, os quais serão considerados entregues na data de recebimento assim indicada no sistema de e-mails do(s) destinatário(s) ou no Dia Útil seguinte, caso a data assim indicada no sistema de e-mails do(s) destinatário(s) não seja um Dia Útil.

Os avisos ou comunicações decorrentes desta Escritura devem ser encaminhados ao(s) respectivo(s) destinatário(s) nos endereços indicados a seguir (ou em outros endereços conforme uma das Partes possa indicar à(s) outra(s) nos termos desta cláusula):

(i) Para a Emissora:

DSL COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

Endereço: Avenida Magalhães de Castro, nº 12.000, 3º andar, L 27a.3, L 28.3, 29.3 e 30.3, Shopping cidade Jardim, Bairro Morumbi, São Paulo, SP, CEP 05502-001

Telefone: (11) 3047-0350

Fac-símile: (11) 3047-0356

E-mail: alberto.maia@daslu.com.br

Atenção: Alberto Antônio de Figueiredo Studart Maia



(ii) Para o Agente Fiduciário :

Planner Trustee DTVM Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-132, Itaim Bibi, São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodriques@planner.com.br; fiduciario@planner.com.br

(iii) Para o Agente Depositário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Endereço: Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 Torre Eudoro Villela - 10.º andar

04309-010 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 5029.1867

E-mail: haudrey.miranda@itau-unibanco.com.br

Atenção: Haudrey Miranda - Superintendência de Soluções para Corporações – SSCO Gerência Comercial

(iv) Para o Intermediário Líder da Oferta:

COINVALORES C.C.V.M. LTDA.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 10º andar- Torre Sul, Pinheiros

São Paulo - SP

Telefone: (11) 3035-4141

Fac-símile: (11) 3814-0140

E-mail: tiago.alves@coinvalores.com.br; rubens@coinvalores.com.br

Atenção: Thiago Alves da Silva / Rubens dos Reis Andrade



11.7 Arbitragem

- (a) Todas e quaisquer controvérsias ou disputas decorrentes desta Escritura ou a ela relacionadas, incluindo quaisquer questões relacionadas à sua existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser resolvidas de forma definitiva por arbitragem que será processada nos termos do Regulamento de Arbitragem (doravante designado simplesmente "Regulamento") do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá (doravante designado simplesmente "CCBC"). A arbitragem deverá ser feita em São Paulo, Brasil, e deverá ser conduzida de acordo com o Regulamento em vigor à época da arbitragem. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa. O procedimento arbitral, assim como todos os documentos, depoimentos, escritos ou orais produzidos no âmbito da arbitragem, e a sentença arbitral serão confidenciais.
- (b) O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros. A(s) parte(s) que der(em) início à arbitragem (a(s) "Requerente(s)") deverá(ão) designar seu árbitro no pedido de instauração da arbitragem (o "Pedido"). A(s) parte(s) contrária(s) (a(s) "Requerida(s)") deverá designar seu árbitro dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento do Pedido. Havendo mais de uma parte Requerida ou Requerente, as Requerentes, conjuntamente entre si, e as Requeridas, conjuntamente entre si, designarão seus respectivos árbitros. Se qualquer das Partes deixar de fazer a respectiva nomeação do árbitro no momento acima indicado, o árbitro será designado pela CCBC. Os 2 (dois) primeiros árbitros deverão designar um terceiro árbitro dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação da(s) Requerida à(s) Requerente(s) informando a designação de seu árbitro ou, caso uma das Partes deixe de fazer sua respectiva nomeação, dentro de 30 (trinta) após a CCBC notificar as Partes da nomeação por ela feita. Se os 2 (dois) árbitros constituídos pelas Partes não nomearem ou não conseguirem nomear um terceiro árbitro dentro do prazo acima fixado, qualquer das Partes poderá solicitar à CCBC que faça a nomeação do terceiro árbitro. O terceiro árbitro será o presidente do tribunal.
- (c) Os árbitros poderão proferir decisões interlocutórias, parciais, cautelares e final, sendo-lhe facultado conceder qualquer medida admitida pelas leis aplicáveis, inclusive depósito e execução específica. A sentença arbitral final deverá especificar os motivos para a decisão e as medidas concedidas, e vinculará as Partes da arbitragem, podendo dispor sobre pagamento das custas, incluindo honorários razoáveis advocatícios, de peritos e outros desembolsos.
- (d) As Partes reconhecem e aceitam expressamente a faculdade de ajuizamento de ação cautelar perante o Poder Judiciário exclusivamente no caso de o tribunal arbitral ainda não estar instalado e o objeto de medida coercitiva ou cautelar pretendida não ser o de suspender os efeitos desta cláusula compromissória, sendo competente para estes casos, o foro da Comarca de São Paulo.

E, ESTANDO ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, celebram as Partes o presente Aditamento em 6 (seis) vias de igual teor e forma, tudo para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 02 de julho de 2013.

DSL COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Viviane Rodrigues
Diretora

COIN VALORES C.C.V.M. LTDA.

Artur M. de Figueiredo
Diretor

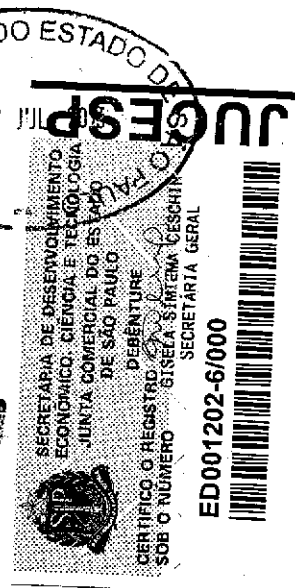
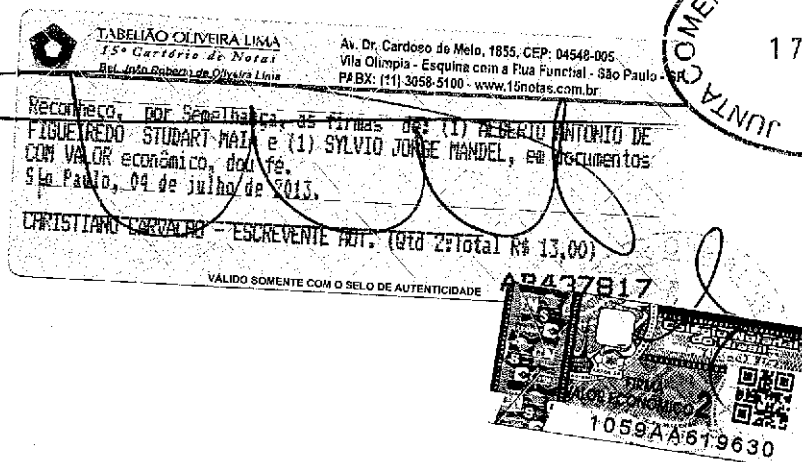
Fernando Ferreira da Silva Torres

Francisco Candido de Almeida Leite

TESTEMUNHAS:

1. Abeli Paula de Lima
Nome: Abeli Paula de Lima
RG: 43.760.789-6
CPF: 360.429.398-74

2. Eduardo Juste Teixeira da
Nome: Eduardo Juste Teixeira da
RG: 31.76.929-1
CPF: 10.320.297-07



ANEXO I - PROCURAÇÃO

DSL COMÉRCIO VAREJISTA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 12.000, 3º andar, L 27a.3, L 28.3, 29.3 e 30.3, Shopping cidade Jardim, Bairro Morumbi, São Paulo, SP, CEP 05502-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 13.204.572/0001-34 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.390.318, por seus representantes legais abaixo assinados, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, como condição do instrumento particular de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de série única, com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Escritura") e suas garantias, a saber: (i); Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e Outras Avenças; (ii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Propriedade Industrial em Garantia; e; (iii) Contrato de Depósito Vinculado celebrados entre a OUTORGANTE, e outros (os "Instrumentos de Garantia"), até a integral liquidação das obrigações garantidas pelos Instrumentos de Garantia, outorga à **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade de Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, os poderes necessários para praticar, em seu nome, todos os atos previstos na Escritura e nos Instrumentos de Garantia, e em especial: (i) praticar todos e quaisquer atos necessários para registrar a cessão fiduciária, nos termos dos Instrumentos de Garantia, dos Recebíveis Oriundos de Vendas com Cartão de Crédito/Débito e dos Direitos de Propriedade Industrial da Outorgante; (ii) praticar todos e quaisquer atos necessário para eficácia dos Instrumentos de Garantia, especialmente nos casos de vencimento antecipado; e (iii) fiscalizar o cumprimento das obrigações da OUTORGANTE e solicitar saldos e extratos da conta-corrente nº 13475-8 de titularidade da OUTORGANTE, mantida(s) junto à agência 8541 do **Itaú Unibanco S.A.**, podendo praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, por mais especiais que sejam.

São Paulo, 02 de julho de 2013

DSL COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

ANEXO III

Declaração de Subscritor para Fins da Instrução CVM nº 476/09

Qualificação do Subscritor

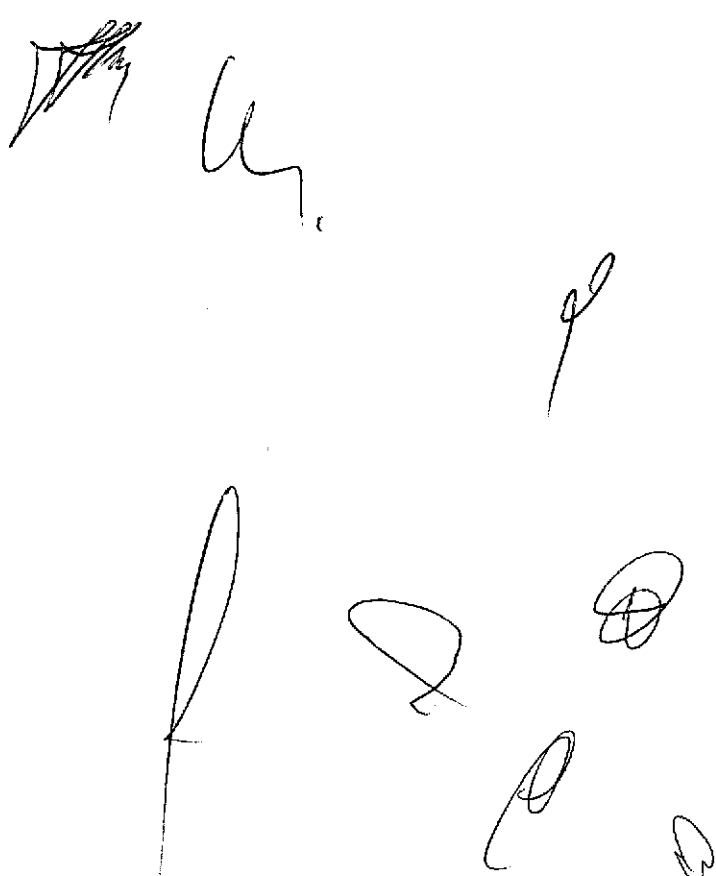
Nome / Razão Social:			CNPJ/CPF:		
Endereço:			Nº	Complemento:	
Bairro:	CEP:	Cidade:	U.F.:	País:	Telefone:

Declaro, para os fins do artigo 7º e 11º, inciso V, da Instrução CVM nº 476/09, que estou ciente de que:

- (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e
- (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e na Escritura.

[Data]

Assinatura do Subscritor ou Representante(s) Legal(is)

The block contains several handwritten signatures in black ink. There are also circular stamps, one of which is partially visible at the bottom left, showing some text and a date. The signatures are scattered across the lower half of the page.

ANEXO II

INFORMAÇÕES DO ENCERRAMENTO DA OFERTA PÚBLICA DE VALORES MOBILIÁRIOS
DISTRIBUÍDA COM ESFORÇOS RESTRITOS

OFERTANTE Nome: CNPJ: Tipo societário: Página na rede mundial de computadores:
EMISSION Nome: CNPJ: Tipo societário: Página na rede mundial de computadores:
Nome do intermediário líder e das demais instituições intermediárias envolvidas na distribuição, se houver:
DADOS DA OFERTA Quantidade de valores mobiliários objeto da oferta: Espécie: Classe: Forma: Preço unitário: Valor total subscrito ou adquirido na oferta: Data de início da oferta: Data de encerramento da oferta: Dados finais de colocação, nos termos do anexo VII da Instrução CVM nº 400, de 2003:



Handwritten signatures and initials scattered across the bottom right of the page.